

A IMPORTÂNCIA DA INTERSSETORIALIDADE EM CASOS DE VIOLÊNCIA INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DE MEDICINA

Mayara Emanuele Polakowski¹
manupolakowski@hotmail.com

Adriana Cristina Franco²
adri2303@brturbo.com.br

Cauane Lehmann Barros³
Cauanelb@hotmail.com

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA: A violência infantil é um problema de saúde pública com grande impacto social e no desenvolvimento da criança pode provocar intimidação, danos físicos, morais, espirituais, psicológicos, podendo levar a óbito (SANTOS, 2019). A identificação da violência infantil se dá principalmente em escolas, órgão de saúde e pelos conselhos tutelares juntamente com a assistência social. A atuação interssetorial é imprescindível para a identificação, encaminhamento, prevenção e melhor resolução desses casos (EGRY, 2018). A partir do desenvolvimento do estatuto da criança e do adolescente (ECA) em 2001 que visa a proteção das crianças e adolescentes, os casos de violência são os mais identificados e encaminhados, além de ser um agravo de notificação compulsória levando dados epidemiológicos e a melhor resolutividade dos casos (SANTOS, 2019). Mesmo assim foram notificados casos de violência doméstica, sexual e outras doenças no Paraná nos anos de 2013-2017 entre a faixa etária de 0-19 anos o total de 57.155 casos pelo DATASUS, com maior incidência nas maiores cidades, sendo liderada por Curitiba com 30.122 casos. A violência infantil causa serias consequências para o futuro adulto, portanto reconhecer os sinais de abuso infantil e saber o manejo é imprescindível para a formação médica, assim como o conhecimento prévio sobre os casos faz com que se obtenha um maior preparo psicológico e profissional para enfrentar essa adversidade, isso demonstra o valor das aulas práticas para o acadêmico de medicina e de outros cursos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA: A Faculdade Pequeno Príncipe (FPP) utiliza, na matriz curricular do Curso de Graduação de Medicina, metodologias de problematização principalmente o *Arco de Maguerez* no módulo Integração, Ensino e Comunidade (IEC) que é ministrado durante os oito primeiros períodos do Curso e no IEC - IV, tem-se como foco a atenção, gestão e educação no Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente com relação a Estratégia de Saúde da Família (ESF). No qual tivemos aulas práticas ministrados pelos médicos da Unidade de Saúde Nossa Senhora Aparecida, Curitiba, em que possui uma ESF. Durante as experiências, observamos dois casos de violência infantil um apresentado pelo sistema de ensino e encaminhado aos médicos e o segundo apresentado pela mãe da menor. O primeiro já havia histórico de violência sexual e demonstrava menor aprendizado e sintomas físicos de constipação, foi encaminhado ao psicólogo e para acalmar a mãe também foi pedido um exame de colonoscopia, o caso foi acompanhado e tinha relação a abusos psicológicos infringidos pelo profissional de educação em sala de aula. O segundo também há relação com abuso psicológico ocorrido na escola juntamente com um histórico familiar de opressão e alterações psicológicas, esse abuso foi o estopim para uma alteração psicológica que a levou a risco de vida e problemas de aprendizado. Em ambos os casos foi necessário fazer a notificação do agravo e os repassar para a assistente social e ao conselho tutelar, que nos casos observaram que a melhor forma

de prosseguir era trocando os alunos de escola, além de manter o acompanhamento com a unidade por meio de consultas periódicas com o médico da unidade e o psicólogo, observando fatores de risco, conversando com a família e fazendo a prevenção de novos episódios. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Observando o fluxograma de atenção é necessário que as pessoas com mais contato com as crianças estejam aptos a caracterizar os pontos que demonstrem a existência de violência como sinais físicos evidentes, alterações de comportamento, alterações de humor (tristeza, medo), problemas de desenvolvimento ou de desempenho escolar, sinais de envolvimento dos pais (lembrando que negligência é um tipo de violência), e o aspecto geral da criança ou adolescente (VELOSO, 2017). E sendo imprescindível a intersetorialidade ao observar casos de suspeita ou de violação a direitos das crianças, pois a notificação e acompanhamento se dá no sistema de saúde e a ação judicial e melhor suporte são determinados juntamente com as necessidades do menor pela assistência social e pelo conselho tutelar. **RECOMENDAÇÃO:** A violência tem raízes culturais, sociais e econômicas e em muitos casos a opressão é considerada uma forma de controle e punição sob a criança, essa prática muitas vezes é naturalizada na família (SANTOS, 2019) e essa prática tem que ser abordada durante o planejamento familiar e ao longo de toda a vida para que não se perpetue por mais uma geração e nem seja substituída a violência física pela pressão psicológica. Não ter a competência para reconhecer os fatores que indicam a violência contribui para a manutenção do ciclo de agressão (SANTOS, 2019), portanto é necessário a educação dos profissionais para saberem lidar com as situações de violência infantil e se lembrarem de fazer a notificação do agravo, além de dar suporte psicológico para que eles possam atuar da melhor forma possível durante o manejo dos casos. A experiência durante as aulas práticas revelou aos acadêmicos um problema sério e muitas vezes negligenciado que depende da empatia dos profissionais envolvidos, do preparo profissional e pessoal, e o mais indispensável para a melhor resolubilidade do problema é ter uma relação horizontal com a equipe de saúde e outros setores de atendimento público.

PALAVRAS-CHAVE: Maus-Tratos Infantis, Ação Intersetorial, Notificação Compulsória.

¹ Acadêmica do quarto período do Curso de Graduação em Medicina da Faculdades Pequeno Príncipe (FPP)

² Mestre. Docente do Curso de Graduação em Medicina da Faculdades Pequeno Príncipe. Módulo Integração Ensino Comunidade (FPP)

³ Acadêmica do quarto período do Curso de Graduação em Medicina da Faculdades Pequeno Príncipe (FPP)

REFERÊNCIAS:

DATASUS, Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. DISPONÍVEL EM: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/violepr.def>

EGRY, E.Y. et al. **Notificação da Violência Infantil, Fluxos de Atenção e o Processo de Trabalho dos Profissionais da Atenção Primária em Saúde.** Ciência & Saúde Coletiva, 23(1): 38-92, 2018.

SANTOS, L.F. et al. **Fatores que Interferem no Enfrentamento da Violência Infantil por Conselheiros tutelares.** Saúde e Debate, Rio de Janeiro, V. 43, N.120, P. 137-149, JAN-MAR 2019.

VELOSO, M.M.X. et al. **Identificação e Notificação de Violência Contra Crianças e Adolescentes: Limites e Possibilidades de Atuação de Profissionais de Saúde.** Mudanças - Psicologia da Saúde, 25(1) 1-8, jan-jun, 2017.